



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FFCH
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMO
BACHARELADO EM ESTUDOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

ADAGILSON CARNEIRO LIMA

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA
COMUNIDADE DO QUEIJO NO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA -
BAHIA ENTRE OS ANOS 1991 E 2023.**

Salvador

2023

ADAGILSON CARNEIRO LIMA

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA
COMUNIDADE DO QUEIJO NO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA -
BAHIA ENTRE OS ANOS 1991 E 2023.**

Monografia apresentada como
requisito parcial para aprovação no
Bacharelado em Estudos de Gênero e
Diversidade da Universidade Federal
da Bahia - Ufba.

Orientadora: Dra. Sonia Jay Wright.

Salvador

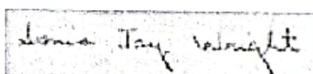
2023

TERMO DE APROVAÇÃO

ADAGILSON CARNEIRO LIMA

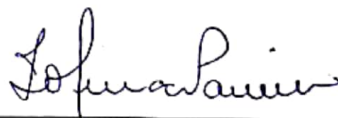
Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia-UFBA.

Aprovada em 08 de dezembro de 2023.



Orientadora: _____

Professora Dra. Sonia Jay Wright.
Bacharelado em Gênero e Diversidade - BEGD – UFBA



Professora Dra. Iole Macedo Vanin
Bacharelado em Gênero e Diversidade - BEGD – UFBA

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIANGELA MOREIRA NASCIMENTO
Data: 21/12/2023 12:22:26.6300
Verifique em <https://validar.ib.gov.br>

Professora Dra. Mariangela Moreira Nascimento
Bacharelado em Gênero e Diversidade - BEGD – UFBA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lima, Adagilson Carneiro

L732 Trajetórias de mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do queijo no
município de Nova Fátima - Bahia entre os anos 1991 e 2023. / Adagilson Carneiro
Lima, 2023. 55 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sonia Jay Wrigth

TCC – (Bacharel) - Curso de Graduação em Estudos de Gênero e
Diversidade da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da
Bahia, Salvador, 2023.

1. Mulheres. 2. Trabalhadoras rurais. 3. Comunidades agrícolas - Bahia.
I. Wrigth, Sonia Jay. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas.

III. Título.

CDD: 305.42

Do Brasil

(Vander Lee)

Falar do Brasil sem ouvir o sertão
É como estar cego em pleno clarão
Olhar o Brasil e não ver o sertão
É como negar o queijo com a faca na mão

Esse gigante em movimento
Movido a tijolo e cimento
Precisa de arroz com feijão
Que tenha comida na mesa
Que agradeça sempre a grandeza
De cada pedaço de pão

Agradeça a Clemente
Que leva a semente
Em seu embornal
Zezé e o penoso balé
De pisar no cacau
Maria que amanhece o dia
Lá no milharal
Joana que ama na cama do canavial
João que carrega
A esperança em seu caminhão
Pra capital

Lembrar do Brasil sem pensar no sertão
É como negar o alicerce de uma construção
Amar o Brasil sem louvar o sertão
É dar o tiro no escuro
Errar no futuro
Da nossa nação.

Esse gigante em movimento
Movido a tijolo e cimento
Precisa de arroz com feijão
Que tenha comida na mesa
Que agradeça sempre a grandeza
De cada pedaço de pão

Agradeça a Tião
Que conduz a boiada do pasto ao brotão
Quitéria que colhe miséria
Quando não chove no chão
Pereira que grita na feira
O valor do pregão

Zé coco, viola, rabeca, folia e canção
Zé coco, viola, rabeca, folia e canção

Amar o Brasil é fazer
Do sertão a capital

AS PEDAGOGIAS NOSSAS DE CADA DIA

Peço licença a vocês para escrever essa poesia,
Que fala das minhas vivências, das minhas pedagogias.
Eu que vir de lá do interior, de uma estrutura patriarcal e família nuclear.
E ao chegar em Salvador, senti saudades de lá...

Não das estruturas de lá, que também, encontrei por cá!
Não das minhas práticas machistas, das quais estou a desapegar.
Mas sim das minhas origens, família e pessoas de lá.
Da identidade rural que nunca me abandonou,
apesar de quase órfão e sobrevivente em Salvador.

E pra falar em primeira pessoa, ressalto quem me antecedeu.
Porque se hoje estou aqui, é porque alguém viveu, lutou e morreu.
Desde as lutas pela terra, reforma agrária, previdência e assistência social
Trabalho digno, associativismo, aposentadoria e movimento sindical.

Ressalto mulheres rurais - minha vó "Duninha" e minha mãe "Maria Carneiro".
Que antes mesmo de eu nascer, já praticavam pedagogias feministas, de Bell
Hooks, Espinosa a Suely Carneiro.

Talvez nem tenham conhecido essas autoras que hoje leio.
De Guacira Louro, Cecília Sardenberg, Conceição Evaristo, Sonia Jay a Iole
Macedo.
Mas as práticas de minha Vó e minha Mãe, eram puras pedagogias.
Do cuidado, do afeto, do alimentar com amor, da cura da melancolia.

E para finalizar essa poesia, esperançando por melhorias.
Faço um convite a vocês, que não desistam um só dia.
Por mais desafiador que seja, viver é uma pedagogia.
E talvez seja essa, a nossa de cada dia...

Viver, existir, sobreviver, resistir!

(Adagilson Carneiro Lima)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os motivos da invisibilização de mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo, nos movimentos associativos e sindicais do município de Nova Fátima – Bahia, entre os anos de 1991 e 2023. A estratégia metodológica valorizou a história oral e narrativas das mulheres trabalhadoras rurais da comunidade, além das vivências do pesquisador que buscou analisar questões locais, micro e macro sociais, do campo de pesquisa, trabalhando com teorias de movimentos sociais e associativistas. Realizou-se levantamento empírico fundamentado em dados primários, obtidos em diferentes momentos a partir de diálogos, conversatórios, entrevistas e observações, além de dados secundários, relatórios, atas da associação, manuscritos, documentários e outros trabalhos acadêmicos. Utilizou-se técnica da oralidade, de relatos de experiências e resgate de memórias, para registro dos fatos históricos do surgimento da comunidade do Queijo e da associação de moradores e moradoras da região do Queijo – AMRQ, além de levantamento sobre quem são essas mulheres e a participação delas nesses movimentos e nos espaços de poder, entre a década de 1990 e 2023.

Palavras-Chaves: Mulheres. Trabalhadoras Rurais. Comunidade do Queijo. Nova Fátima.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the reasons for the invisibilization of rural women workers from the Queijo community, in the associative and union movements in the municipality of Nova Fátima – Bahia, between the years 1991 and 2023. The methodological strategy valued the oral history and narratives of rural working women from the community, in addition to the experiences of the researcher who sought to analyze local, micro and macro social issues in the research field, working with theories of social movements and associations. An empirical survey was carried out based on primary data, obtained at different times from dialogues, conversations, interviews and observations, in addition to secondary data, reports, minutes of the association, manuscripts, documentaries and other academic works. Oral techniques, reports of experiences and rescue of memories were used to record the historical facts of the emergence of the Queijo community and the association of residents of the Queijo region – AMRQ, in addition to surveying who these women are and their participation in these movements and spaces of power, between the 1990s and 2023.

Keywords: Women. Rural Workers. Cheese Community. New Fatima.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE, DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E MORADORAS DA REGIÃO DO QUEIJO – AMRQ E DA CIDADE DE NOVA FÁTIMA – BAHIA.....	13
2.1 Origem do Povoado do Queijo	13
2.2 Breve Histórico da Cidade de Nova Fátima – Bahia.....	19
2.3 As primeiras Professoras da Comunidade do Queijo	23
2.4 Breve histórico da Associação de Moradores e Moradoras da Comunidade do Queijo – AMRQ.....	24
3 MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA COMUNIDADE QUEIJO ..	25
3.1 Trajetórias e histórias não contadas	25
3.2 Territorialidade e Identidade Rural	26
3.3 Três décadas de lutas e movimentos comunitários para permanecer no território rural.....	27
3.4 Quem foram, quem são, onde estão essas mulheres?	30
4 O (NÃO)LUGAR DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER.....	39
4.1 Invisibilização das mulheres trabalhadoras rurais: elas fazem, eles aprecem	40
4.2 Marcadores sociais de diferenças – raça, classe, territorialidade, idade/geração.....	41
5 MULHERES PROVIDORAS NO MEIO RURAL.....	44
5.1 Cri(ações) e articulações de mulheres da comunidade do Queijo.....	44
6 PERCURSO METODOLÓGICO	46
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa com recorte de territorialidade rural da comunidade do Queijo na cidade de Nova Fátima - interior do Estado da Bahia, precisa ser localizada e contextualizada inicialmente sobre a historicidade desse lugar. Que comunidade é essa, que territorialidade é essa e qual a relevância de se pesquisar a temática proposta nesta monografia?

A comunidade do Queijo, é um povoado do município de Nova Fátima – Bahia, localizado no Território da Bacia do Jacuípe, se desenvolveu a partir dos anos 1950 e 1960 em torno de pequenas propriedades de famílias de Leôncio Rodrigues de Lima e Percila da Silva Lima (Fazenda Morro do Juá), Donato José Carneiro e Simplicia de Oliveira Carneiro (Fazenda Lagoa Verde), Zuca do Queijo (Fazenda do Queijo) e Zuconório (Fazenda Alto Bonito), José Moreira e Dona Cota. Essas famílias viviam principalmente dos cultivos de subsistência (feijão, milho, mandioca, batatas, frutas diversas), criação de animais (bovinos, caprinos, ovinos, galináceos e muares) e, a partir dos anos 1960, do cultivo do sisal ou agave.

Entre os anos 1960 e 1980 o trabalho no sisal era a principal ocupação e, também, a principal fonte de renda das famílias, tanto da comunidade rural do Queijo quanto do município de Nova Fátima. Oportuno destacar que o sisal, também conhecido como agave sisalana, é uma vegetação originária do México, mais especificamente da península de Yucatán. E foi no semiárido baiano, mais especificamente na chamada região sisaleira ou território do sisal, que a fibra do sisal encontrou condições favoráveis para cultivo e comercialização, sendo que o cultivo ocorreu predominantemente na zona rural e a comercialização na zona urbana.

Outra atividade importante é a de recolher as folhas cortadas (popularmente chamada de “botar palhas”) e transportar para próximo do motor de desfibrar (máquina que faz o processo de moer as folhas para separar as fibras do resíduo do sisal). Há também a atividade multitarefas de “resideiro/a” (auxiliar

de cevador/cevadora) que além de colocar as folhas de sisal numa bancada próxima a quem fará a etapa de cevagem das palhas na máquina ou motor de sisal, também retira o resíduo da caixa, organiza, amarra, retira da bancada e pesa os maços de fibras recém cevadas. Destaca-se ainda a pessoa responsável pela atividade de cevagem ou desfibragem da folha ou palha de sisal, inserindo-a no motor para separar os fios ou fibras do resíduo, atividade esta que é, predominantemente, realizada por homens.

Esse processo produtivo do sisal é bastante intensivo na utilização de mão-de-obra, pois para funcionamento de um motor de sisal é necessário uma pessoa que corta as palhas (cortadeira), outra que recolhe, coloca no jumento com cangalha e ganhos para transportar essas palha do local do corte até o motor (botadeira), outra que auxilia cevador (resideiro), o próprio cevador e aluguem para estender as fibras para o processo de secagem. Por fim, ainda tem etapa de recolher as fibras secas, amarrá-las em fardos e transportar para armazéns cobertos até a coleta ou levada para as bateadeiras na zona urbana, totalizando seis etapas diretamente envolvidas no processo rural do sisal - da colheita à secagem no campo - antes do transporte para bateadeiras na área urbana. Esse transporte para bateadeiras, era feito predominantemente em carroças – com burros, mulas, jumentos – e/ou em caminhões da própria bateadeira, que passavam nos finais de semana para recolher a produção semanal de cada proprietário(a) de motor de sisal.

Há outras atividades que são realizadas predominantemente por mulheres, além das etapas inicialmente realizadas no meio rural. Trata-se da limpeza dos fios de sisal, processo em que as fibras, já secas, após serem transportadas para as bateadeiras na sede do município, passam por um processo de beneficiamento com essa limpeza dos fios da fibra do sisal, cabendo destacar que essa atividade é realizada predominantemente por mulheres, uma espécie de divisão sexual e territorial do trabalho, sendo reservado para as mulheres aquelas atividades com menor remuneração.

Destaca-se que a maior parte da fibra do sisal produzida no município de Nova Fátima era, e continua sendo, comercializada, tanto como matéria-prima para outras cidades e regiões brasileiras, quanto para exportação, abastecendo o mercado externo, que por sinal é o maior destino da fibra de sisal produzida no semiárido baiano, destacando-se a região - que concentra maior volume dessa produção e contribui para que o Estado da Bahia ocupe posição de destaque respondendo por aproximadamente 90 % de toda produção nacional do sisal.

Além de se dedicar aos cultivos de subsistência típicos da agricultura familiar – destacando-se cultivos de milho, feijão, frutas, mandioca para fazer farrinha, goma e derivados, também criavam animais que eram abatidos para alimentação da própria família, e, eventualmente, para trocas com outras famílias. A partir dos anos 60, com a chegada do sisal, trazida da região de Valente e Santa Luz, pelo Senhor Leôncio Rodrigues Lima, esse passou a ser o principal meio de ocupação e renda para as pessoas da comunidade, até final dos anos 1980, quando começou o declínio do cultivo do sisal naquela região.

A comunidade do Queijo possui atualmente aproximadamente 150 habitantes e 40 famílias residentes naquela localidade. Nos anos 1990 esse número era em torno de 300 pessoas e 40 famílias, o que evidencia fenômeno da migração de parte da população rural para a sede do município e até para outras cidades maiores e outros estados também, em busca de oportunidades de estudo, emprego e renda. Homens mais jovens, entre 18 e 30 anos, foram os que mais migraram para outras cidades e estados. Já a população composta por mulheres permaneceram no campo ou migraram da zona rural para sede do próprio município.

A presente monografia tem como escopo e **objeto de pesquisa** o estudo de trajetórias de mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo no município de Nova Fátima – Bahia, entre os anos 1991 e 2023. A partir de histórias de vida, da oralidade e do levantamento das narrativas locais sobre quem foram e quem são essas mulheres, analisou-se o **problema** da

invisibilidade de mulheres trabalhadoras rurais nos movimentos de associação comunitária, cargos eletivos representativos e de lideranças no município de Nova Fátima – Bahia nas últimas três décadas, mais especificamente na comunidade rural do Queijo.

No decorrer da pesquisa a problematização principal foi guiada pela busca de respostas para a seguinte **pergunta**: Por que mulheres trabalhadoras rurais foram e continuam sendo invisibilizadas nos movimentos associativistas, de lideranças comunitárias, no Legislativo e Executivo Municipal de Nova Fátima – Bahia, e, em particular na comunidade do Queijo? Buscou-se conhecer quem são essas mulheres e a partir desse conhecimento sobre as trajetórias delas, analisou-se algumas categorias e marcadores sociais de diferenças – a exemplo de classe, raça, territorialidade e geração - que atravessam as experiências de vida dessas mulheres enquanto trabalhadoras rurais na comunidade do Queijo.

A **justificativa** para escolha dessa temática teve algumas motivações, a exemplo da afinidade desse pesquisador com o tema, enquanto homem nascido na comunidade rural do Povoado do Queijo em Nova Fátima Bahia em 1976, lido socialmente como hétero, pardo, descendente de uma família inter-racial, (mãe - Maria das Neves Carneiro Lima, lida socialmente como branca e pai Manoel da Silva Lima, homem negro), que aos 15 anos, mais especificamente em 1991, participou dos movimentos e mobilizações de luta da comunidade por energia elétrica, água encanada, dentre outras, e, no ano seguinte participou ativamente das missões - coordenadas por padres da igreja católica – tendo realizado a confirmação do sacramento através do crisma em uma missa campal celebrada na praça de terra batida na comunidade, mesma data em que foi instituída a pedra fundamental da construção da primeira e única igreja do Povoado do Queijo (Igreja de São José que se tornou o padroeiro da comunidade).

Justificou-se também pela relevância de se estudar, conhecer, registrar e documentar, em nível de pesquisa, as trajetórias de mulheres trabalhadoras

rurais de comunidades do município de Nova Fátima - Bahia entre os anos 1991 e 2023, para que se dê visibilidade a essas histórias não contadas e invisibilizadas, até mesmo dentro das próprias comunidades rurais em que estão inseridas. Justificou-se ainda a importância da escolha dessa temática de pesquisa pela possibilidade de ser um ponto de partida para novas pesquisas sobre uma remota comunidade rural do município de Nova Fátima, cidade do sertão baiano, até então sem maiores estudos ou referências teóricas metodológicas produzidas a partir das posicionalidades, perspectivas e experiências locais e territorialidades desse lugar.

O **objetivo geral** deste trabalho de pesquisa foi analisar os motivos da invisibilização de mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo, nos movimentos associativos e sindicais do município de Nova Fátima – Bahia, entre os anos de 1991 e 2023. Além desse objetivo geral, os objetivos **específicos**, foram: (i) analisar o contexto histórico e social de mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo no município de Nova Fátima e suas trajetórias de lutas e mobilizações entre os anos de 1991 e 2023; (ii) identificar categorias e marcadores sociais de diferenças de raça, classe, geração e territorialidade que atravessam as vivências das mulheres trabalhadoras rurais do Povoado do Queijo no município de Nova Fátima; e, por fim, (iii) identificar rupturas e continuidades de práticas de invisibilização de mulheres trabalhadoras rurais na comunidade do Queijo do município de Nova Fátima nas últimas três décadas.

2 BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE, DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E MORADORAS DA REGIÃO DO QUEIJO – AMRQ E DA CIDADE DE NOVA FÁTIMA – BAHIA.

2.1 – Origem do Povoado do Queijo

Os relatos sobre a origem do nome “Queijo”, dão conta de que, as primeiras pessoas que foram residir na localidade e as pessoas mais velhas que ainda residem, atribuíram ao povoado esse nome “Queijo” em razão de um suposto achado de uma lata de queijo ou requeijão, que havia sido esquecida, lá pelos anos 1950, às margens de uma fonte de água doce, nos “pés de um morro” da região, local frequentemente utilizado para descanso da tropa, durante viagens que eram realizadas do sertão baiano para cidades do recôncavo, a exemplo de Cachoeira e Santo Amaro, em busca de farinha e outros mantimentos que eram transportados nos animais, por “tropeiros” ou “andarilhos a cavalos”.

Há relatos de que por volta dos anos 1940 uma extensa faixa de terras foi recebida a título de herança pelo Senhor Marcolino. Seu pai, que residia em Riachão do Jacuípe, teria deixado muitas terras com vegetação fechada, predominantemente caatinga. Nessas terras havia morros e lajedos com algumas lagoas que represavam água doce. Justamente por ter água doce em abundância e árvores com sombras apropriadas para pausas e descanso dos tropeiros e dos animais, as tropas se encontravam nas margens desses lajedos e aproveitavam para se alimentar, fazer negócios (trocas de animais, de produtos, planejamentos sobre as próximas viagens, etc). Além de carne seca, farinha e rapadura, também se alimentavam com queijos enlatados e queijo cuia. E foi justamente essas latas de queijo deixadas pelos tropeiros que deu origem ao nome da Fazenda “Lagoa do Queijo”, que posteriormente daria origem ao nome do Povoado do Queijo.

O senhor Marcolino, que era proprietário dessas terras, passou a fracioná-la, vendendo parte das terras para outras pessoas. Em 1942, aproximadamente no mês de outubro, chegou uma das primeiras famílias que se fixaram na localidade, mais especificamente nas imediações do Morro do Juá, que

posteriormente serviu de inspiração para nomear a fazenda que passou a ser chamada de fazenda morro do juá. E foi uma mulher, chamada Luiza Paulina da Silva – viúva com cinco filhas (Iaiá, Sidrona, Percila da Silva, Maria da Silva e Edite da Silva) e três filhos (Julho da Silva, João da Silva e Euzébio da Silva). Luiza Paulina da Silva foi a primeira mulher a visitar, comprar e posteriormente desbravar essas terras.

Ela convidou seu genro Leoncio Rodrigues de Lima – esposo de Percila da Silva Lima – para acompanhá-la na visita e compra das terras. Leoncio Rodrigues de Lima e da Senhora Percilia Lima da Silva, juntamente com três filhos. Percebendo que as terras eram boas, compraram e logo depois Leoncio convidou alguns amigos como José Moreira, José Conrado, José Ferreira e Mauro Dezedério, que também gostaram e compraram terras na região. Leoncio, juntamente com sua esposa Percila e três filhos, foram os primeiros a se mudarem, saindo da Fazenda Aroeira no município de Conceição do Coité para residir naquelas terras anteriormente desconhecidas e que foi batizada como Fazenda Morro do Juá, em alusão ao morro de pedras e às árvores de juazeiro que se destacavam na vegetação local. Pouco tempo depois, os amigos também se mudaram e deram nomes a suas terras adquiridas nas proximidades da Fazenda Morro do Juá.

As áreas desmembradas das terras que anteriormente pertenciam ao Senhor Marcolino, adquiridas por Luiza Paulina da Silva e Leoncio Rodrigues, por José Moreira, José Conrado, José Ferreira e Mauro Dezedério, deram origem a novas fazendas, além da Morro do Juá. Surgiram as Fazendas com nomes de Alto Bonito, São José, 2 Irmãos, Alto Vermelho, Sítio Novo, Alto da Aroeira, Alto Alegre, Boa Vista, Alecrim, Lagoa do Queijo, Queijo, Boi Gordo, Ingazeira. Com o início do povoamento e desenvolvimento da localidade, o senhor Marcolino também trouxe seus filhos para a região (Zuca do Queijo, Pedro da Ingazeira, Ana e Antonio).

A comunidade do Queijo, situada no município de Nova Fátima – Bahia, localizado no Território da Bacia do Jacuípe, se desenvolveu a partir dos anos

1950 e 1960 em torno de pequenas propriedades de famílias de Leôncio Rodrigues de Lima e Percila da Silva Lima (Fazenda Morro do Juá), Donato José Carneiro e Simplicia de Oliveira Carneiro (Fazenda Lagoa Verde), Zuca do Queijo (Fazenda do Queijo) e Zuconório (Fazenda Alto Bonito), José Moreira e Dona Cota. Essas famílias viviam principalmente dos cultivos de subsistência (feijão, milho, mandioca, batatas, frutas diversas), criação de animais (bovinos, caprinos, ovinos, galináceos e muares) e, a partir dos anos 1960, do cultivo do sisal ou agave.

Como naquela época, até início dos anos 1960, não havia estradas com asfalto na região, apenas uma estrada de terra batida que era chamada de “estrada de tropeiros” - grupos, predominantemente compostos por homens, viajavam a cavalos, burros, mulas e jumentos, transportando mercadorias em malas de couro de boi, popularmente chamadas de afoji (sacolas feitas de couro animal). Esses tropeiros faziam longas viagens partindo de Jacobina em direção a Salvador e cidades do Recôncavo Baiano. Essas viagens duravam dias, semanas e até meses. Levavam principalmente carne de gado, bode e ovelhas, além de esteiras, chapéus e outras manufaturas confeccionadas de palhas de ariri e licurizeiro, para trocar ou vender em Salvador e cidades do Recôncavo Baiano a exemplo de Cachoeira e Santo Amaro. Em contrapartida, traziam rapaduras, farinha de mandioca, grãos, tecidos, queijos enlatados e outras manufaturas.

Em que pese não haver uma demarcação exata do perímetro geográfico do Povoado do Queijo, pessoas com mais de 75 anos, residentes da localidade, relatam que do desmembramento das terras do Coronel Marcolino, como era chamado na época, teriam surgido diversas fazendas menores, a exemplo da do senhor Julio (irmão de Percila que era popularmente conhecida como Duninha), que teria ficado com a faixa que se estendia da Cova dos Anjos até a faixa adquirida por Leoncio Rodrigues de Lima, (mais especificamente onde atualmente existe a casa de Odilon e Zenaide, ou seja, em frente à sede da Associação de Moradores e Moradoras da Região do Queijo – AMRQ) que também havia comprado aproximadamente 100 tarefas - que deu origem à

Fazenda Morro do Juá. Outras frações foram adquiridas por José Conrado, (popularmente conhecido como “Zuconoro”, esposo da senhora Helenita), compreendendo a faixa de terra central entre Morro do Juá e propriedade adquirida por Antonio Filho - que posteriormente daria origem à Fazenda de Isaque Pinheiro. Uma outra fração de terras foi adquirida por José Moreira da Silva (esposo de Hedite Moreira que era popularmente conhecida como “Cota”). Teve também uma faixa de terra que foi adquirida por José Ferreira (esposo de Rosália), sendo que essa faixa ficava entre o terreno de Leoncio, o de Zuconoro e o de José Moreira. João Pereira teria adquirido uma faixa de terras onde atualmente se localiza a fazenda de Duda.

O extensão territorial do Povoado do Queijo se estenderia desde a chamada Cova dos Anjos, até O Lajedo das Cabras (propriedade da senhora Rosália de Dudu), sentido comunidade do Araçazinho, passando pela Fazenda Alecrim que pertencia a Isaque Pinheiro, se estendendo até propriedade de João de Mariinha. Já no sentido Estrada da Ingazeira, que já é outra comunidade, se estendia até propriedades de Zuca do Queijo, Pedro da Ingazeira, Antonio Carneiro (pai de Salvador Grande) e Ana Carneiro (mãe de Zely – esposo de Amália).

Entre os anos 1960 e 1980, potencializado pela pavimentação da Rodovia Lomanto Junior e ligação com outras cidades maiores, a exemplo de Riachão do Jacuípe e Feira de Santana, ganhou destaque o cultivo do sisal, que era a principal ocupação e também a principal fonte de renda das famílias, tanto da comunidade rural do Queijo quanto do município de Nova Fátima. Também conhecida como agave sisalana, o sisal é uma vegetação originária do México, mais especificamente da península de Yucatán. E foi no semiárido baiano, mais especificamente na chamada região sisaleira ou território do sisal, que a fibra do sisal encontrou condições favoráveis para cultivo e comercialização, sendo que o cultivo ocorreu predominantemente na zona rural e a comercialização na zona urbana.

Santos (2010) destaca que o processo de beneficiamento do sisal pode ser subdividido em duas fase, rural e urbana, de sorte que passa pelo primeiro beneficiamento na zona rural - em propriedades destinadas para o plantio de sisal, mesma fase em que ocorre o corte ou colheita das folhas (popularmente chamadas de palhas), cabendo ressaltar que é a primeira atividade executada predominantemente por mulheres.

Outra atividade importante é a de recolher as folhas cortadas (popularmente chamada de “botar palhas”) e transportar para próximo do motor de desfibrar (máquina que faz o processo de moer as folhas para separar as fibras do resíduo do sisal). Há também a atividade multitarefas de “resideiro/a” (auxiliar de cevador/cevadora) que além de colocar as folhas de sisal numa bancada próxima a quem fará a etapa de cevagem das palhas na máquina ou motor de sisal, também retira o resíduo da caixa, organiza, amarra, retira da bancada e pesa os maços de fibras recém cevadas. Destaca-se ainda a pessoa responsável pela atividade de cevagem ou desfibragem da folha ou palha de sisal, inserindo-a no motor para separar os fios ou fibras do resíduo, atividade esta que é, predominantemente, realizada por homens.

Esse processo produtivo do sisal é bastante intensivo na utilização de mão-de-obra, pois para funcionamento de um motor de sisal é necessário uma pessoa que corta as palhas (cortadeira), outra que carrega essas palha do local do corte até o motor (botadeira), outra que auxilia cevador (resideiro), o próprio cevador e aluguem para estender as fibras para o processo de secagem. Por fim, ainda tem etapa de recolher as fibras secas, amarrá-las em fardos e transportar para armazéns cobertos até a coleta ou levada para as bateadeiras na zona urbana, totalizando seis etapas diretamente envolvidas no processo rural do sisal - da colheita à secagem no campo - antes do transporte para bateadeiras na área urbana.

Há outras atividades que são realizadas predominantemente por mulheres, além das etapas inicialmente realizadas no meio rural. Trata-se da limpeza dos fios de sisal, processo em que as fibras, já secas, após serem transportadas

para as bateadeiras na sede do município, passam por um processo de beneficiamento com essa limpeza dos fios da fibra do sisal, cabendo destacar que essa atividade é realizada predominantemente por mulheres. Ocorre uma espécie de divisão sexual e também territorial do trabalho.

Destaca-se que a maior parte da fibra do sisal produzida no município de Nova Fátima era, e continua sendo, comercializada, tanto como matéria-prima para outras cidades e regiões brasileiras, quanto para exportação, abastecendo o mercado externo, que por sinal é o maior destino da fibra de sisal produzida no semiárido baiano.

Além de se dedicar aos cultivos de subsistência típicos da agricultura familiar – destacando-se milho, feijão, frutas, mandioca para fazer farinha, goma e derivados, também criavam animais que eram abatidos para alimentação da própria família, e, eventualmente, para trocas com outras famílias. A partir dos anos 60, com a chegada do sisal, trazida da região de Valente e Santa Luz, pelo Senhor Leôncio Rodrigues de Lima, esse passou a ser o principal meio de ocupação e renda para as pessoas da comunidade, até final dos anos 1980, quando começou o declínio do cultivo do sisal naquela região.

A comunidade do Queijo possui atualmente aproximadamente 150 habitantes e 40 famílias residentes naquela localidade. Nos anos 1990 esse número era em torno de 300 pessoas e 40 famílias, o que evidencia fenômeno da migração de parte da população rural para a sede do município e até para outras cidades maiores e outros estados também, em busca de oportunidades de estudo, emprego e renda. Homens mais jovens, entre 18 e 30 anos, foram os que mais migraram para outras cidades e estados. Já a população composta por mulheres permaneceram no campo ou migraram da zona rural para sede do município.

Em que pese ainda não haver pesquisas sobre as causas que mais contribuíram para esse fluxo migratório desigual entre homens e mulheres jovens, o que pode ser considerada como uma das limitações desse trabalho,

acreditamos tratar-se de oportunidade de novas pesquisas para investigar outras possíveis causas, além da herança e cultura patriarcal, também muito presente no meio rural, que educa corpos masculinos libertos e para o espaço público e corpos femininos domesticados e para o espaço privado ou da casa. As próprias convenções familiares impuseram e ainda impõem limites às meninas, às adolescentes e às mulheres jovens. Estas, mesmo após concluírem o ensino médio, eram proibidas de viajar para estudar ou trabalhar em outras cidades e estados. Eram desestimuladas e desencorajadas pela própria família, enquanto que para meninos, adolescentes e homens jovens essas proibições inexistiam e eram até encorajados a “seguirem seus rumos”, irem em busca de novas oportunidades de estudo, emprego e renda, o que reforça as condições desiguais e desvantajosas para mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo, algo que também foi objeto de estudo e análise nesse trabalho de pesquisa.

2.2 Breve Histórico da Cidade de Nova Fátima – Bahia.

Para contextualizar também o município de Nova Fátima, a cidade sede atual do município foi fundada nas terras das Fazenda Urubuzinho e Campo das Flores, propriedade da Família Guimarães. Primeira casa foi de propriedade de José Xavier dos Santos e Aurelina Mendes dos Santos. A segunda casa foi de Francisca Mendes Guimarães. Teve como primeiras pessoas moradoras: Francisca Mendes Guimaraes, Aurelina Mendes dos Santos, João Zacarias Guimaraes e Catarina Carneiro Guimaraes, José Enéas Ribeiro e Senhorinha Ribeiro, Noé José da Silva e Flora Rodrigues da Silva, Maria Joana da Conceição (Mãe Lia), Carlos Guimaraes (Seu Carlito), Pedro Maia de Matos, Hilda Cerqueira Prado (Dona Biú esposa de Hermilio Prado), Isabel Carneiro Guimaraes (Tia Belinha), Dinalva Nunes, Filadelfo Antonio de Araújo e Anatilde Araújo (meu padrinho e madrinha), José Ferreira da Silva, Angelo Soares e Josefa Soares (Dona Zefinha 103 anos).

A primeira igreja católica da cidade, atualmente Igreja de nossa Senhora de Fátima (padroeira da cidade), foi construída em terreno e com parte do material

de construção doados por Donato José Carneiro (meu avô) e Simplicia de Oliveira Carneiro (minha Vó) – pai e mãe de seis filhas e quatro filhos, sendo: Isabel Carneiro, Mario Carneiro, Albertina Carneiro, Mateus Carneiro, José Lagoa Carneiro, Cecilia Carneiro, Maria das Neves Carneiro Lima (minha Mãe), Celeste Carneiro, Zenaide Carneiro e Samuel Carneiro. Essa contribuição da família Carneiro, no que tange à doação do terreno e de parte do material utilizado para construção da igreja católica da cidade, ainda tem sido pouco divulgada e conhecida, de sorte que não havia sido devidamente registrada nas histórias anteriormente contadas sobre a fundação da cidade de Nova Fátima – Bahia, cabendo aqui fazer esse merecido registro para que não se corra o risco de cair no esquecimento ou de se apagar com o tempo.

Atualmente o município é composto por dois Distritos - Povoados de São Francisco - conhecido Fabrico e Povoado de Santo Antonio de Roque, ambos com mais de 500 habitantes. Há também dezesseis comunidades rurais - Sinuque, **Queijo**, Pituba, Jurubeba, Alazão, Quilometro 85, Ingazeira, Araçazinho, Oriente, Malhadinha, Alto Bonito, São Joaquim, Tamburil, Alto Sereno, Salto da Pedra e Jabuticaba. O clima predominante é tipo semiárido e a vegetação nativa é a caatinga, predominando relevo tipo depressão sertaneja.

A primeira casa da cidade foi construída em 1941, um ano depois foi iniciada a construção da estrada, que posteriormente viria a ser rodovia BR 324. Novas casas foram sendo construídas às margens da estrada, principalmente em função das obras da construção. Em meados de 1943 surgiu o primeiro comercio que foi construído por João Jacarias Guimaraes – uma pequena mercearia. Anos depois aconteceu a primeira feira livre, em um domingo de 1951, feira esta que acontece até os dias atuais, com algumas mudanças, passando a acontecer aos sábados e não mais aos domingos como ocorria inicialmente.

De início era o Povoado Quilometro 90 e em 13 de maio de 1956 foi realizado trezenário na capela, recém inaugurada pelo Padre Urbano Dom. Essa igreja

foi construída sobre terreno e com parte de materiais doados pela família do senhor Donato José Carneiro e da senhora SImplicia Carneiro. A partir de então o Povoado passou a se chamar Vila de Fátima, em referência à igreja e padroeiro de Nossa Senhora de Fátima. Já na década de 1960 a rodovia BR 324 foi asfaltada, no governo de Lomanto Junior, o que contribuiu para consolidação, povoamento e crescimento da área urbana do antigo povoado que posteriormente se tornaria a cidade - sede do município.

Oportuno destacar que o desenvolvimento do município começou entre os anos de 1965 e 1967. Centenas de pessoas passam a residir em Nova Fátima durante a construção da rodovia Lomanto Junior. Naquele período o sisal despontava como principal produto agrícola da região e principal fonte de renda do município de Nova Fátima. Em meados da década de 1980 o sisal perde valor no mercado internacional e a região entra em crise. Mais de 50 % dos campos de sisal foram substituídos por pastagens para a pecuária. Batedeiras foram fechadas, gerando desemprego e aumentando o êxodo rural.

Além disso, dezenas de famílias deixaram a zona rural e passaram a morar na sede do município ou migraram para outras regiões, em função da crise do sisal e redução dos postos de ocupação e da renda, anteriormente proporcionada pelo cultivo do sisal. O município chegou a produzir entre 400 e 500 toneladas de sisal por mês, no apogeu. Atualmente essa produção está estimada em menos de 25% em comparação com o ápice do cultivo do sisal. Além do sisal, a base econômica do município se sustenta na pecuária – bovinos, caprinos, ovinos e equinos, além do comércio e setor de serviços. Festas de vaqueiros acontecem durante todo ano, reunindo pessoas do campo e quem gosta de montar a cavalos, atraindo muita gente de outras cidades.

Enquanto pertencente ao município de Riachão do Jacuípe, o Povoado Vila de Fátima teve como primeiro Vereador eleito Filadelfo Antonino de Araújo (meu padrinho) e o segundo Manoel Soares Sobrinho, ambos ainda pela Câmara Municipal de Riachão do Jacuípe. Iniciava-se ali uma representatividade perante a antiga sede do município que era Riachão do Jacuípe.

Através do Projeto de Lei número 6320 de 05 de maio de 1985 de autoria do deputado Eliel Martins foi proposta a criação do município de Nova Fatima, sendo que em 14 de maio de 1989 foi realizado plebiscito e as pessoas votaram pela aprovação da emancipação da cidade e em 13 de junho de 1989 o Governador da Bahia Nilo Coelho assinou a Lei de número 5.022 que oficializou a emancipação política da cidade de Nova Fatima em relação a Riachão do Jacuípe. A referida lei, em seu artigo 2º, estabelece os limites territoriais do município da seguinte forma:

a) Com o município de Gavião - Começa na Fazenda Apolinário, segue em reta até a Fazenda Tamburi; daí seguindo pela linha de transmissão de Energia Elétrica até sua passagem no rio Jacuípe.

b) Com o município de São Domingos, que foi desmembrado do município de Valente - Começando na passagem da Linha de transmissão de Energia Elétrica no Rio Jacuípe daí por este Rio até a foz do Riacho de Campos.

c) Com o município de Riachão do Jacuípe, do qual foi desmembrado, - Começa na foz do Riacho dos Campos no Rio Jacuípe, segue por este até a foz do Riacho Santana e continua até o marco no cruzamento da estrada vicinal que vai para a Fazenda Erva Santa e Venda de Daniel, seguindo em reta até o marco na Fazenda Sempre Viva, daí em reta até o pontilhão da BR-324 sobre o Rio Camisãozinho e daí em reta até a Lagoa da Cajazeira.

d) Com o município de Pé de Serra - Começa na Lagoa da Cajazeira daí em reta até a passagem do Riacho Canoa na Estrada Capelinha - Nova Fátima.

e) Com o município de Capela do Alto Alegre - Começa na passagem do Riacho Canoa na Estrada Capelinha - Nova Fátima, daí em reta ao Morro da Queimada Nova, seguindo em reta até o marco da Fazenda Apolinário.

Oportuno destacar que o município de Nova Fátima foi transformado em Distrito com o nome de Nova Fátima, pela Lei Estadual nº 4.033, de 14 de maio

de 1982, subordinado ao município de Riachão do Jacuípe. Foi emancipado pela Lei Estadual nº 5.022 de 13 de junho de 1989, desmembrado do Município de Riachão do Jacuípe. Do ponto de vista da regionalização o município está situado no Nordeste baiano, microrregião de serrinha e na região econômica do sisal, na Bacia do Jacuípe. Limita-se a leste com Conceição do Coité e Riachão do Jacuípe. Ao sul com Pé de Serra ao oeste com Capela do Alto Alegre e ao norte com Gavião e São Domingos. Área territorial 371 km².

2.3 As primeiras Professoras da Comunidade do Queijo

Importante destacar que antes mesmo de existir uma estrutura formal de ensino-aprendizagem, por volta dos anos 1960 a 1962, percebendo a necessidade de alfabetizar as crianças da própria e de outras famílias da vizinhança, o senhor Leôncio Rodrigues convidou e pagou uma Professora particular de prenome Iêda (sobrinha de Helenita e José Conrado, popularmente conhecido como “Zuconoro”) para ensinar crianças e adolescentes na Fazenda Morro do Juá. Em 1965, uma segunda professora de nome Antonia Moreira (sobrinha de José Moreira da Silva), foi contratada para dar continuidade à alfabetização de crianças daquelas famílias.

Além das duas primeiras professoras já citadas, a professora Zenaide Carneiro Lima foi contratada em 03/03/1973 e nesse primeiro ano ensinou em local improvisado na sala da casa do senhor Leôncio Rodrigues de Lima, na antiga sede da Fazenda Morro do Juá, onde posteriormente seria construída a primeira escola pública municipal, chamada Escola Edvane Carneiro Martins. Essa escola foi construída em terreno ao lado da sede da Fazenda Morro do Juá, doado pelo senhor Leôncio Rodrigues de Lima, mais especificamente em julho de 1974, na gestão do então prefeito de Riachão do Jacuípe Eliel Martins, que tinha relação de proximidade com o senhor Leôncio Rodrigues de Lima.

Destaca-se também outras professoras da comunidade, a exemplo de Celeste Carneiro Moreira, Maria Iraildes Carneiro Lima e Maria Luzinete, que atuaram

na educação infantil e na educação de jovens e adultos – EJA, que naquela época era conhecida como “MOBRAL – Movimento Brasil de Alfabetização”.

2.4 Breve histórico da Associação de Moradores e Moradoras da Comunidade do Queijo – AMRQ.

A Associação de Moradores e Moradoras da Comunidade do Queijo – AMRQ foi fundada em 15 de fevereiro de 1986, figurando como uma das primeiras associação de comunidades rurais do município de Nova Fátima –Bahia. Foi registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ: 13.905.252/0001-01, tendo sido reconhecida e declarada como de utilidade pública pela Lei Estadual Nº 6.427 de 30 de novembro de 1992.

Oportuno ressaltar que as mulheres da comunidade do Queijo sempre estiveram à frente das lutas e movimentos comunitários, associativistas, das lutas por escolas, creches, a exemplo da conquista da primeira escola da localidade (Escola Municipal Professora Edvane Carneiro Martins - construída na Fazenda Morro do Juá em 1972). As reuniões de articulação para fundação da Associação de Moradores e Moradoras da Região do Queijo – AMRQ foram organizadas principalmente pelas irmãs Maria das Neves Carneiro Lima e Maria Zenaide Carneiro Lima, que tiveram participação relevante e foram responsáveis pelo texto e redação da Ata de criação da Associação.



Imagens: Sede da Associação de Moradores(as) da Região do Queijo – AMRQ

3 MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA COMUNIDADE DO QUEIJO.

3.1 Trajetórias e histórias não contadas

Na comunidade do Queijo, as mulheres sempre estiveram à frente nas lutas e movimentos comunitários, desde a conquista da primeira escola da localidade (Escola Municipal Professora Edvane Carneiro Martins - construída na Fazenda Morro do Juá em 1972), até as reuniões de articulação para fundação da Associação de Moradores e Moradoras da Região do Queijo – AMRQ, em 15 de fevereiro de 1986, sendo esta uma das primeiras associação de comunidades rurais do município, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ: 13.905.252/0001-01, declarada como de utilidade pública pela Lei Estadual Nº 6.427 de 30 de novembro de 1992.

Em que pese na prática as mulheres ocuparem relevantes papéis de mobilização, organização e liderança comunitária em suas trajetórias, na comunidade do Queijo, essas histórias não são contadas, registradas e visibilizadas, o que reforça o apagamento e contribui para o esquecimento dessas mulheres, sobretudo daquelas mais velhas e das falecidas.

Chama atenção que as histórias dos avôs, de pais, são contadas e recontadas para descendentes, enquanto que as histórias das avós e das mães, não são tão ressaltadas e terminam sendo mais facilmente esquecidas e apagadas das memórias, inclusive dentro da própria família. Eu, autor desse trabalho, para exemplificar, ouvi poucas histórias de minha vó materna, que havia falecido antes do meu nascimento. Infelizmente houve um apagamento das memórias, na medida em que não ouvi e não tenho o que contar sobre ela para minha filha e para pessoas que me sucederão.

Outra prática recorrente é substituir o sobrenome de mulheres pelo nome dos companheiros, o que reforça a subalternização dessas mulheres, como se objetos ou posses de seus esposos/maridos/companheiros fossem.

3.2 Territorialidade e Identidade Rural

Oportuno destacar que a noção de territorialidade trabalhada nessa pesquisa, em muito se aproxima daquela defendida pelo Ilustre Geógrafo baiano Milton de Almeida Santos (1926-2001), autor de inúmeras obras e com atuação pela Universidade Federal da Bahia e por diversos centros universitários no Brasil e no Mundo.

Milton Santos trabalha a territorialidade sobre a perspectiva do pertencimento a um território em termos de identidade e com a “preocupação com o destino e construção de um futuro” atrelado a um determinado espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19). O autor também aborda a territorialidade em trechos da obra “Por uma outra globalização”, (Santos 2000), quando se refere às sociedades ditas primitivas e reconhece a existência de uma territorialidade genuína, em que a economia e cultura-linguagem se relacionavam intrinsecamente com o território. Era uma territorialidade genuína, que muito dialoga com a noção de territorialidade da comunidade do Povoado do Queijo, pois as manifestações e vivências de moradoras e moradores pertenciam ao território, dando um sentido de território vinculado à identidade das pessoas e à sobrevivência do grupo e da coletividade, na medida em que “a política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável (comunidade)” (SANTOS, 2000, p. 31).

Para falar de território, territorialidade ou identidade territorial, algumas considerações teóricas metodológicas serão feitas, para melhor delimitação conceitual, a exemplo de Souza (2013) que chama atenção que território é um “espaço definido e delimitado por relações de poder, não implicando apenas no exercido pelo uso de coerção ou violência, mas também pelo entendimento e legitimidade tanto de quem o exerce quanto sobre o qual é exercido”. E esse poder, destaca o autor, não necessariamente precisa ser exercido pelo Estado, podendo ser exercido por qualquer grupo e indivíduos - como é o caso do homem na família - que tenham condições efetivas para isso, a exemplo das

comunidades rurais que possuem no território sua referência e manifestam relações de poder intraterritorial e econômico-financeira, como no caso da produção, cultivo e comercialização do sisal.

Para Souza (2013) na análise do território, não somente a dimensão política é um elemento a ser considerado, vez que existem outras vertentes da vida social, que interferem diretamente ou indiretamente sobre esta categorial de análise, como é caso da cultura e da economia. E para fins do objeto de estudo nesse trabalho, cabe destacar que os marcadores de diferenças categorizados em classe, raça, gênero e geração também são muito presentes no território rural.

Souza (2013), afirma que:

Mais uma vez: o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o “perfil” do conceito é a dimensão política das relações sociais [...]. Isso não quer dizer, [...] que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) ou a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam contemplados [...]. (SOUZA, 2013, p.88).

Importante compreender que as vivências no meio rural diferem das urbanas. Pessoas que nasceram e cresceram em comunidades rurais, tendem a incorporar as vivências dessa territorialidade às suas identidades, fortalecendo o senso de pertencimento e os laços com a terra e com o meio ambiente rural.

3.3 Três décadas de lutas e movimentos comunitários para permanecer no território rural.

Na comunidade rural do Queijo, assim como em inúmeras outras comunidades rurais do sertão baiano, em que pese as boas práticas agroecológicas da agricultura familiar - desenvolvidas principalmente pelas mulheres em conjunto com integrantes da própria e de outras famílias – essas localidades estão ainda mais vulneráveis aos efeitos e consequências da emissão de gases do efeito estufa, na medida em que carecem de políticas públicas de capacitação e

geração de mecanismos para adaptação às condições climáticas adversas como longos períodos de estiagem, seca, desertificação, ou excesso de chuvas em curtos períodos que geram alagamentos e perdas das lavouras.

Diante desse cenário de vulnerabilidades e ausências de políticas públicas que assegurem a efetiva permanência digna das pessoas nas comunidades rurais, potencializa-se o êxodo das famílias do campo para as cidades, de sorte que essa migração afeta ainda mais as mulheres que, além de afetadas nas suas especificidades da identidade territorial rural, são afastadas da sua rede de apoio e solidariedade, muitas das vezes são obrigadas a vender a pequena propriedade rural para adquirir uma moradia na cidade, geralmente em áreas periféricas e dificuldades de acesso a serviços públicos de educação, saúde, saneamento básico, o que gera sobrecarga de atividades reprodutivas não remuneradas para essas mulheres.

Além da sobrecarga de trabalhos não remunerados, outro fato agravante que afeta principalmente as mulheres trabalhadoras rurais com idade abaixo de 55 anos, diz respeito à perda da identidade territorial rural. Com o rompimento do vínculo com a terra e impossibilidade de continuidade dos multicultivos tradicionais de subsistência, muitas são obrigadas a trabalhar em casas de famílias ou atividades sub-remuneradas no comércio e até nas prefeituras e órgãos públicos, o que resulta na perda da possibilidade de aposentadoria na condição de trabalhadoras rurais e no reenquadramento para um regime de aposentadoria híbrida (rural e urbana) que é desfavorável para essas mulheres.

Importante destacar autoras como Maria de Lourdes Novaes Chefler que pesquisou sobre "Estratégias feministas no mundo rural: abordagens qualitativas para construção da equidade de gênero", Andrea Butto que estudou os "Movimentos Sociais de Mulheres Rurais no Brasil: A construção do sujeito feminista", em sua Tese de doutorado na Universidade Federal de Pernambuco em 2017, Cleidenea Bastos de Almeida que pesquisou sobre "Mulheres que tecem os fios do desenvolvimento social de Pintadas-Ba", além de outras autoras como Beatriz Maria Alasia de Heredia, Carmen Diana Deere,

que dentre outras pesquisas, se dedicou também a pesquisar sobre “os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária Brasileira”. Essas e tantas outras autoras foram incorporadas ao presente trabalho durante processo de construção.

E não poderia deixar de destacar novamente as contribuições irretocáveis da Cecília Sardenberg (2002) na medida em que a autora desmistifica alguns conceitos prévios sobre feminismos, chamando atenção para a necessidade de “uma Ciência Feminista que contemple as interseccionalidades, e as críticas epistemológicas”. Nesse sentido, ganha relevância o presente trabalho de pesquisa, vez que contempla relatos, narrativas e trajetórias de mulheres trabalhadoras e lideranças rurais que muito contribuem para construção de saberes plurais imprescindíveis para as ciências feministas. Como afirma a autora, “uma Ciência que não se pretenda ter nem dar todas as repostas, pois, nunca as teremos. E ainda que acreditássemos tê-las, novas questões surgem e requerem novos olhares, novos saberes”. É uma construção, algo inacabado. E não se pode perder de vista que existem diferentes maneiras de se produzir saberes, conforme muito bem pontuado pela Cecilia Sardenberg.

Importante destacar também o trabalho de pesquisa das autoras Margarita Oliveira, Maria Gabriela Padcameni, Maria Cecília Lustosa e Letícia Graça, “A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil”, destacando a importância das mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira, chamando atenção para a necessidade de realização de estudos com recortes regionais em territórios ainda pouco explorados, abordando as dimensões de gênero e raça, além de outras interseccionalidades, como foi o objeto de estudo dessa monografia.

Os efeitos das mudanças climáticas não são iguais em todos os lugares e para todas as pessoas, sendo especialmente destacáveis temas tais como o racismo ambiental e a situação de vulnerabilidade na qual os grupos subalternizados e marginalizados são colocados. Daí a necessidade de realizar estudos sobre os impactos mudanças climáticas com recortes regionais específicos e abordando as dimensões de gênero e raça, que em muitos casos são territórios ainda inexplorados. (M.Oliveira, et al, 2021, p.16).

E não tem sido fácil as lutas das mulheres pela permanência no território rural. Desde o fechamento de escolas rurais, que obrigam essas mulheres a se deslocarem para a cidade para levar as crianças para a escola, a pressão de fazendeiros e grandes latifundiários para comprar as pequenas propriedades rurais para fazer pastagens para criação de gado, até a dificuldade de acesso à água e ao título de propriedade da terra. Nesse contexto, permanecer no território rural é um grande desafio para as pessoas da comunidade do Queijo, sobretudo para as mulheres que, historicamente, não tiveram assegurado o direito à propriedade da terra nem a uma justa remuneração pela sua força de trabalho.

3.4 Quem foram, quem são e onde estão essas mulheres?

Considerando as trajetórias das mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo, observa-se que enfrentam discriminações multidimensionais em razão das interseccionalidades e dos atravessamentos que experienciaram e ainda experienciam. E a territorialidade rural é mais um dos marcadores sociais de diferenças que as distinguem de outras mulheres não rurais, o que reforça importância de se perceber as mulheres nas suas multiplicidades de especificidades e diversidades, para além da perspectiva do sexo biológico ou do gênero e das centralidades urbanas.

As opressões se interseccionam, criando condições de maior vulnerabilidade para mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, pobres e corpos feminizados que saem da norma, toda vez que enfrentam camadas de discriminações multidimensionais – por exemplo, por serem mulheres, negras e pobres, ou por serem mulheres indígenas, lésbicas, ou por serem mulheres periféricas transexuais, e assim há múltiplas combinações possíveis. Desse modo, considerar as mulheres como um grupo homogêneo pode reforçar estereótipos que perpetuam desigualdades econômicas, sociais ou políticas, e invisibilizam os desafios dos diferentes grupos mais oprimidos. (M. Oliveira, et al, 2021, p.17)

Nessa busca de conhecer quem foram, quem são e onde estão essas mulheres, destaca-se algumas, dentre tantas que tiveram algum protagonismo na Comunidade do Queijo, nas últimas três décadas, a exemplo de: Maria das Neves Carneiro Lima, Luiza da Silva Oliveira e Zenaide Carneiro Lima. A seguir, apresenta-se breve biografia dessas três mulheres fantásticas.

Maria das Neves Carneiro Lima – Trabalhadora rural, doméstica, costureira social (cortava e costurava roupas para a família e para pessoas da comunidade, gratuitamente), nascida em 06/08/1945, natural da cidade de Riachão do Jacuipe, Bahia, filha de Donato José Carneiro e Simplicia de Oliveira Carneiro, casada com Manoel da Silva Lima, mãe de 5 filhas e 4 filhos, sendo: (Maria Nelcy Carneiro Lima Oliveira, Alvaro Carneiro Lima, Maria Eunice Carneiro Lima (*in memórian*), Iraildes Carneiro Lima, Maria Iranildes Carneiro Lima, Aldo Carneiro Lima, Maria Ivanildes Lima Silva, José Aduino Carneiro Lima e Adagilson Carneiro Lima).

Nasceu em uma família grande, sendo 6 irmãs (Isabel Carneiro “Belinha”, Albertina Carneiro, Cecília Carneiro, Maria da Neves Carneiro, Celeste Carneiro, Zenaide Carneiro) e 4 irmãos (Mario Carneiro, Mateus Carneiro, José Lagoa Carneiro e Samuel Carneiro). Teve sua infância na Fazenda Lagoa Verde, onde conviveu até os 21 anos, quando se casou e foi morar com seu esposo Manoel da Silva Lima, numa pequena casa, que posteriormente se tornou Fazenda Alto Alegre, local onde morou e criou filhas e filhos.

Considerando o contexto da época o do meio rural, era comum as famílias terem muitos descendentes. Além de 9 filhos e filhas, teve 6 netas (Patricia, Nelcivania, Jéssica, Ermildes, Verônica e Maria Luiza) e 11 netos (Nedson Ney, Marcio, Henrique, Emerson, Ricardo, Alvaro Junior, Gabriel, Vinicius, Kauã, Guilherme, Nicolas). Também teve 4 bisnetas (Leticia, Beatriz, Lara e Indiará) e 5 bisnetos (João, Lucas, Heitor, Isaque e Gustavo).

Entre os anos 1980 e 2010 sempre esteve engajada nos movimentos comunitários, associação de moradores(as) da comunidade do Queijo, sindicato de trabalhadores(as) rurais, creche comunitária, pastoral da terra, pastoral da criança, movimentos ligados à igreja católica. No final dos anos 1990, preocupada em oferecer melhores condições de estudo e alojamento para filhas e filhos, que residiam na zona rural e estudavam na zona urbana, envidou esforços para aquisição de uma casa na sede do município, mais especificamente na Rua João Campos, 99, possibilitando que quem estudava à

noite pudesse repousar nessa casa após a aula noturna e no dia seguinte, bem cedinho, retornasse para a zona rural.

Importante destacar que, além de trabalhadora rural, da lida com o cultivo e plantio de alimentos (milho, feijão, mandioca, aipim, abóbora, melão, melancia, hortaliças, plantas medicinais, etc), também exercia múltiplas atividades de cuidados, não remunerados. Desde o trabalho doméstico e de manutenção da casa (trabalho reprodutivo), corte e costura de roupas para a família e para pessoas da comunidade, até as atividades de visitação domiciliar e cuidado para com pessoas enfermas da vizinhança e de outras comunidades, onde produzia e levava xaropes caseiros, ervas medicinais e outras formas alternativas de tratamentos não medicamentosos.

Diante da dificuldade das pessoas da comunidade para acessar o sistema formal de saúde, posto de saúde, hospitais, etc. ela aprendeu a aplicar injeção, de forma autodidata, para suprir essa carência, chegando a se deslocar de carroça, de burro ou jumento, para atender alguém que se encontrava com alguma enfermidade. Fazia isso de forma voluntária, altruísta, sem qualquer cobrança pecuniária ou contrapartida. Isso era uma prática herdada de mulheres mais velhas da comunidade, que atuavam como curandeiras, benzedadeiras, rezadeiras e parteiras – práticas baseadas na sabedoria e no conhecimento tradicional, ancestral, transmitido de geração em geração.

Exercia a pedagogia do afeto e do cuidado coletivos, na medida em que pensava e agia pelo coletivo, chegando a abrir mão do autocuidado para cuidar de outras pessoas. Nos encontros da comunidade, nas rezas, festas, grupos da pastoral da criança e da juventude, chegava a servir primeiro outras crianças e por último as suas, algo que eu não compreendia e até ficava me questionando por que minha mãe não servia primeiro a gente (eu, minhas irmãs e meus irmãos)? Hoje eu entendo melhor minha mãe e suas práticas. O bem comum, o afeto e o cuidado coletivos, era o que fazia sentido para ela. E hoje faz muito sentido para mim também.

Nos últimos anos de vida optou por se mudar da casa na zona rural para essa casa na zona urbana, mantendo hábito de ir diariamente cuidar dos animais e dos cultivos que sempre manteve na roça. Com o avançar da idade, aproximadamente 70 anos, em função da dificuldade de deslocamento da cidade para a zona rural, foi diminuindo essas idas da cidade para o campo, reduzindo também a lida com os animais (ovelhas, galinhas) e com os multicultivos da roça e do quintal (plantas frutíferas e medicinais, feijão, milho, aipim, abóbora, melão, melancia, hortaliças, quiabo, maxixe, outros). Permaneceu nessa casa até seu falecimento em 16 de agosto de 2019.

Ainda em vida, dentre os muitos relatos trazidos para as rodas de conversas familiares, um foi muito impactante para esse pesquisador! Me refiro à experiência de compor uma família inter-racial, desde aquela época. Ela relatava que, por volta dos anos 1960/1965, gostava de meu pai, que é um homem negro de cor de pele preta (com quem viria a se casar e conviver por toda sua vida) e teria ouvido falas racistas dentro da sua própria família. Teria ouvido seu pai falar para ela e para outras filhas que “não queria que elas se casassem com pretos”. Imagino o quão doloroso tenha sido para minha mãe ter que ouvir isso, vindo de seu próprio pai. Ter que lidar com comportamentos e falas racistas dentro da sua própria casa.

Talvez ela nem tenha ouvido falar de famílias inter-raciais, de autoras como Lia Vainer Schucman, de Angela Davis. Mas é um alento saber que ela exercitava, na prática, comportamentos antirracistas, desde sempre! Uma mulher à frente do seu tempo! Sem diplomas, certificados ou títulos acadêmicos, mas em constante movimentos, alguns silenciosos, às vezes internos e externos, exercitando pedagogias do afeto, do acolhimento, desafiando o patriarcado e o racismo que se fazia e ainda se faz presente no nosso meio, nas nossas famílias, sobretudo no meio rural. Ela afirmou em vida, nas nossas rodas de conversas em volta da mesa que nos acomodávamos para fazer as refeições, tomar um chá, etc. que naquela época, quando tinha vinte e poucos anos, não compreendia o porquê de seu pai (meu avô Donato José Carneiro), fazer uso

daquele tipo de fala. Só mais tarde, após a morte de meu avô, ela passou a entender que aquelas falas e comportamentos eram manifestações racistas.

Trazer essas questões não foi fácil para esse pesquisador. Inicialmente porque preciso reconhecer que o racismo deixou feridas abertas também em mim, na minha família. No meu pai, enquanto homem negro de pele retinta, na minha mãe, que ousou desobedecer seu pai para se casar com o meu pai, na minha vó Percila - “Duninha” como era carinhosamente chamada. Esta, uma mulher negra de cor de pele preta. Deixou feridas abertas na minha ancestralidade negra, sertaneja e rural, que foi subalternizada, explorada e oprimida pelas estruturas racistas. Ainda me recordo da minha vó “Duninha” afirmando que minha bisavó (sua mãe) descendia tanto de povos indígenas quanto de pessoas escravizadas. E foram essas estruturas racistas, perversas, de escravização e desumanização de pessoas, que promoveram o apagamento dessas e de tantas outras histórias, sobretudo das mulheres negras, sertanejas e rurais, a exemplo de minha bisavó, minha vó, minha mãe e tantas outras mulheres da comunidade do Queijo.

Luiza da Silva Oliveira – Trabalhadora rural e agente comunitária de saúde. nascida em 29/07/1953. No diálogo estabelecido, relatou ter ocorrido duas incorreções nos seus registros de nascimento: uma referente à data de nascimento - que teria sido em 29/10/1953 e não em 29/07/1953 – outra referente ao seu nome, que deveria ser Luzia e não Luiza. Essa incorreção por parte do Cartório de Registros só teria sido notada alguns anos depois, mais especificamente no dia do casamento.

No final dos anos 1980 foi escolhida “cabo de turma” (espécie de supervisão ou liderança de equipes) atuando nas “frentes de trabalhos rurais”, programa do Departamento Nacional de Obras de Combate às Secas – DNOCS.

Em sua trajetória de trabalhos e lideranças no meio rural, destaca-se que no final dos anos 1980 foi eleita presidenta da Associação de Moradores e

Moradoras da Região do Queijo – AMRQ. Uma das primeiras mulheres a assumir esse posto.

A partir dos anos 2010 passou a atuar como Agente Comunitária de Saúde, dedicando-se principalmente à atenção básica de saúde para população das comunidades rurais do município de Nova Fátima – Bahia.

Zenaide Carneiro Lima – Trabalhadora rural e professora, com anos de atuação em escolas rurais e posteriormente em escolas urbanas, nascida em 29/05/1951. Foi uma das três primeiras professoras que atuaram na alfabetização de crianças e jovens da comunidade do Queijo. Considerando o sistema formal de ensino-aprendizagem, é considerada a primeira professora tendo sido pioneira na alfabetização de crianças e adolescentes da comunidade, com atuação na Escola Edvane Carneiro Martins (o nome da escola foi escolhido em homenagem à primeira dama do município de Riachão do Jacuípe, que à época tinha como prefeito Eliel Martins).

A professora Zenaide Carneiro Lima foi contratada em 03/03/1973 e no primeiro ano ensinou em local improvisado na sala da casa do senhor Leôncio Rodrigues de Lima, na antiga sede da Fazenda Morro do Juá, onde posteriormente viria a ser construída a escola. No ano seguinte ocorreu a construção da escola Edvane Carneiro Martins, em terreno doado pelo senhor Leôncio Rodrigues de Lima, mais especificamente em julho de 1974, ano em que o prefeito de Riachão do Jacuípe era o senhor Eliel Martins, conhecido do senhor Leoncio Rodrigues de Lima, com quem mantinha relação de proximidade e amizade.

Além de atuar como pioneira na educação de crianças e jovens da localidade, a professora Zenaide Carneiro também teve participação relevante na fundação da Associação de Moradores e Moradoras da Região do Queijo – AMRQ. No início dos anos 1980, participou ativamente de reuniões e encontros da Comunidade Eclesial de Base – CEB – coordenada pelo Padre Aldo. Essas Comunidades Eclesiais de Base eram mobilizações comunitárias ligadas

principalmente à Igreja Católica, fortalecidas pela chamada “Teologia da Libertação”, que se espalharam pelos interiores do Brasil e da América latina, entre os anos 1970 e 1980.

Foi coordenadora da Legião Brasileira de Assistência – LBA, no âmbito do município de Nova Fátima, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A LBA foi um órgão assistencial público, fundado em 28 de agosto de 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de auxiliar famílias de soldados combatentes na Segunda Guerra Mundial, tornando-se uma fundação, através do Decreto-lei nº 593, de 27 de maio de 1969 (Fundação Legião Brasileira de Assistência), vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Posteriormente, através da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, passou a ser vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social e através do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, artigo 252, passou a ser vinculada ao Ministério da Ação Social, sendo extinta posteriormente, quando estava sob gestão de Rosane Collor e surgiram diversas denúncias de esquemas de desvios de verbas como compra fraudulenta de 1,6 milhão de quilos de leite em pó. Foi extinta através do art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Além da coordenação local da LBA, também teve forte ligação com o Movimento de Organização Comunitária – MOC e manteve-se como professora municipal engajada nos programas e projetos sociais, na associação comunitária e sindical, sempre colocando seu tempo e seus saberes à disposição para apoiar outras pessoas. Até os dias atuais, essa professora, que também é trabalhadora rural, mantém o vínculo com o meio rural, com a terra, a roça, o quintal, inclusive na casa da cidade onde reside. Foi uma pioneira na defesa do ensino e das escolas rurais, tendo sido a minha primeira professora nos anos 1980.

O Movimento de Organização Comunitária – MOC foi fundado em outubro de 1967, enquanto uma entidade civil, de direito privado, para fins filantrópicos e

não econômicos, de caráter beneficente, educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade humana, tendo como um dos princípios das ações institucionais a valorização do conhecimento local, dos fazeres, sabores e saberes das pessoas, povos, grupos e comunidades, primando pela proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, de jovens, de mulheres, dos povos do campo e comunidades tradicionais, contribuindo na construção do desenvolvimento economicamente viável, ambientalmente sustentável, socialmente justo, cultural e humanamente solidário, tendo como público prioritário de suas ações órgãos paritários de gestão, como Conselhos de Políticas Públicas, trabalhadoras e trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares, pequenos produtores urbanos, professores rurais, excluídos dos meios de produção, organizações populares, crianças e adolescentes em situação de risco social.

Maria de Lourdes de Oliveira – Trabalhadora rural, artesã, nascida no estado do Ceará. Em 1963, com sete meses de vida, migrou com seu pai e sua mãe para a comunidade do Queijo, em Nova Fátima – Bahia, local em que reside até os dias atuais.

Desde criança, a partir de 6 ou 7 anos, começou a trabalhar com a família na roça, semeando grãos a exemplo de milho, feijão e outros alimentos. Aos 12 anos começou a trabalhar no motor de sisal, botando palha e pouco depois cortando palha de sisal, popularmente chamada de “cortadeira”. Exerceu essa atividade até aproximadamente 2015, quando completou 53 anos de vida.

Além de trabalhar na roça e também no sisal, aprendeu a fazer artesanatos, a exemplo de crochê – fazia toalhas, colchas, centros de mesas e outras peças. Também aprendeu a reutilizar pedaços de sobra de tecidos para produção de colchas de retalhos, tapetes, centros de mesas, etc. Teria sido incentivada nesses ofícios de artesã pela sua tia Maria das Neves Carneiro Lima, popularmente conhecida como Nevinha. Também trabalhou na pedreira, que funcionou nos anos 1990 no morro do Juá, quebrando brita e também como ajudante que contava os paralelepípedos. Ainda nos anos 1980/1990 trabalhou

em frentes de trabalho com limpeza de tanques e reservatórios de água, os chamados açudes e represas de água. Trabalhou ainda como ajudante de obra na construção de sua própria casa. Outra atividade que passou a realizar foi o cultivo de quintal (atividade realizada há décadas pelas mulheres rurais, que recentemente está sendo reconhecida pelo Governo Federal com a criação do Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais) e jardinagem com plantas ornamentais e ervas medicinais.

Teve participação ativa nas mobilizações reivindicatórias de água encanada para o Povoado do Queijo, contribuindo com a circulação de abaixo-assinado que coletou assinaturas de mais de 100 pessoas da comunidade, utilizando meio de transporte bicicleta para correr a vizinhança de porta em porta sensibilizando vizinhos sobre a importância de assinarem o documento para maior pressão perante representantes políticos e de órgãos públicos envolvidos.

4 O (NÃO)LUGAR DAS MULHERES RURAIS NOS ESPAÇOS DE PODER

Em que pese o protagonismo das mulheres rurais nos movimentos associativistas na comunidade rural do Queijo – município de Nova Fátima – Bahia, nas últimas três décadas, no contexto geopolítico municipal houve registro de duas candidaturas, masculinas, para disputa na primeira eleição municipal, sendo: Claudio Ferreira Pereira, conhecido Dete, concorrendo com José Araújo Filho conhecido como Vando, de sorte que Dete foi eleito primeiro prefeito do município de Nova Fátima, em 1989 para um mandato de três anos. Nenhuma mulher teve oportunidade sequer de candidatar-se para concorrer ao cargo máximo do Executivo Municipal, nas três primeiras eleições.

Chama atenção que somente na quarta eleição, ou seja em 2000, mais de uma década após a emancipação do município de Nova Fátima, uma mulher foi candidata a prefeita. Refiro-me à Regina Selia de Oliveira Cunha, conhecida como “Regina de Amado”, numa alusão ao seu esposo, como se o nome do homem substituísse o sobrenome da mulher. Ela foi eleita e se tornou a primeira mulher a chefiar o Executivo municipal, sendo reeleita na eleição seguinte, em 2004, tendo na chapa vencedora uma mulher com vice prefeita, Maria Mendes dos Santos, o que representou uma quebra de paradigma.

A partir do término do mandato entre 2004 e 2008, o cargo máximo do executivo municipal foi ocupado apenas por homens, ou seja, quatro mandatos consecutivos. No que tange ao Legislativo, também não tem sido diferente, vez que, na última eleição ocorrida em 2020, das nove vagas que compõem a Câmara Municipal, apenas duas foram preenchidas por mulheres, representando somente 22,2% do Legislativo Municipal. E essa baixa representatividade vem se mantendo ao longo dos últimos 30 anos, inclusive com períodos em que apenas uma mulher foi eleita para o Legislativo Municipal em Nova Fátima, estando as outras oito vagas ocupadas por homens, na sua maioria da zona urbana, o que reforça baixa representatividade tanto das mulheres quanto das populações rurais.

Também se observou essa hegemonia masculina na presidência do sindicato dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares de Nova Fátima – Bahia (STRAAFNF), considerando que, desde a sua fundação em 18/12/1989, somente uma mulher foi eleita presidenta. Refiro-me à Senhora Antonia Oliveira dos Reis, atual ocupante do cargo máximo do STRAFNF. Observa-se que, em mais de três décadas de existência, apenas uma mulher teve oportunidade de ocupar esse espaço de poder que é a presidência do sindicato, cargo máximo de representação de trabalhadores e trabalhadoras rurais do município de Nova Fátima – Bahia, algo que só ocorreu quase três décadas após a fundação do sindicato.

4.1 Invisibilização das mulheres trabalhadoras rurais: elas fazem, eles aparecem.

Para além do recorte apresentado anteriormente, em que se observou que foram necessários mais de 30 anos para uma mulher ascender à presidência do sindicato dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares de Nova Fátima – Bahia (STRAAFNF), a invisibilização e obstaculização das trajetórias dessas mulheres se fazem presentes tanto no ambiente doméstico e familiar, quanto no ambiente público. Até mesmo dentro do movimento associativista, vez que, apesar de estarem na vanguarda das lutas para criação da associação e para captação de recursos através de programas e projetos comunitários, em prol do Povoado do Queijo, essas mulheres não eram escolhidas e apoiadas para candidatar-se a cargo de presidente da associação de moradores e moradoras da Região do Queijo – AMRQ.

As mulheres rurais eram colocadas em condições de desvantagens, mesmo quando apresentavam maior capacidade de comunicação, articulação e formação educacional. Muitas vezes eram elas quem escreviam projetos, abaixo-assinados, atas e documentos que instruíam pleitos de recursos públicos para a associação, no entanto eram homens quem assinavam e assumiam a suposta autoria daqueles documentos, sem sequer atribuir-se o crédito para o trabalho intelectual das legítimas autoras, uma espécie de

“apropriação do trabalho intelectual das mulheres” por parte dos homens que ocupavam a presidência e/ou secretariados da associação comunitária, reforçando a invisibilização dessas mulheres, dos seus trabalhos físicos e do capital intelectual dessas mulheres trabalhadoras rurais.

Quando se observa as estruturas de poder e a composição do Executivo e do Legislativo Municipal, desde a emancipação política do município de Nova Fátima, através da Lei Estadual nº 5.022 de 13 de junho de 1989, observa-se que esses espaços não foram e continuam não sendo ocupados de forma equitativa por mulheres. Também nos movimentos associativistas – sindicatos e associações rurais – observa-se a subalternização e invisibilização das mulheres, na medida em que, predominantemente os cargos de presidência e de maior destaque e poder deliberativo foram ocupados por homens.

4.2 Marcadores sociais de diferenças – raça, classe, territorialidade, idade/geração.

A autora Angela Davis, em sua obra “Mulheres, raça e classe” começa o livro abordando a escravização e seus efeitos, dentre os quais a desumanização de mulheres negras, chamando a atenção para a necessidade de se pensar um projeto de nação que leve em consideração a centralidade das questões raciais, vez que as sociedades escravocratas foram fundadas no racismo. A autora alerta também quanto à necessidade de se levar em consideração a interseccionalidade de raça, classe, gênero e outras categorias, dentre as quais eu destacaria territorialidade e geração – que muito dialoga com as experiências das mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo - não categorizando ou hierarquizando as opressões, para tornar possível um novo modelo de sociedade.

Necessário se faz que em suas lutas por direitos, os movimentos locais possam interagir com aliados regionais, nacionais e internacionais, de sorte que, de forma colaborativa, esses movimentos possam desenvolver estratégias eficazes, de posse de suas lutas e contando com apoio dos movimentos regionais e internacionais, servindo estes para complementar e auxiliar as

iniciativas e práticas já desenvolvidas pelas comunidades rurais, evitando-se modelos e soluções prontas, trazidas de fora para serem implementadas de forma impositiva, tirando a autonomia e possibilidade de participação local na escolha e desenvolvimento de estratégias e na tomada de decisão.

Hirata (2014), ao falar sobre gênero, classe e raça, destacando as interseccionalidades e consubstancialidades das relações sociais, chama atenção para as “dissimetrias nas relações de poder, de sexo, de raça, de classe, que vai além do ponto de vista da experiência e do lugar que as mulheres ocupam”, o torna mais complexa a noção de “conhecimento situado” ou “perspectiva parcial”. A autora faz uma crítica as definições vigentes de “neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência”, por entender que, “frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens, ocidentais, de classe dominante, brancos”.

Oportuno destacar ainda a importância das “instancias de mediação entre a sociedade e o Estado e a articulação entre pares com o Estado”, tal qual destacado pela autora Lucia Avelar (AVELAR, 2014).

No Ministério do Desenvolvimento Agrário encontra-se a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre), que desenvolve estudos sobre mulheres trabalhadoras rurais e acolhe a formulação de planos para as mulheres do campo, em parceria com a Secretaria Especial de Política para Mulheres e movimentos de mulheres trabalhadoras rurais (MMTR) em suas seções municipais e estaduais. Promove feiras feministas de economia solidária juntamente a Rede de Produtoras Rurais. O projeto Formação e Articulação das Mulheres Rurais nos Territórios de Cidadania e mais uma de suas iniciativas. Ademais, o Aegre acolhe as demandas do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), outra organização de destaque de trabalhadoras rurais. (AVELAR, Lúcia, 2014. página 6)

Ao falar de feminismos de Estado a autora destaca ainda que,

A chave unificadora para entender a representação das mulheres além do âmbito parlamentar e o conceito de feminismo de Estado. Ele é definido como “as atividades de feministas e *femocratas* nos governos e administrações” ou como o feminismo institucionalizado em agências públicas, ou ainda como a capacidade do Estado em responder as demandas das agências feministas, ou simplesmente como a *advocacy* dos movimentos de mulheres no âmbito do Estado (Lovenduski, 2005). *Femocratas* são feministas que trabalham na burocracia do Estado, influenciando o processo político na formação da agenda

pública com os temas de interesse das mulheres, incrementando o debate, enfatizando a sua importância para as mulheres e influenciando nas decisões da burocracia do Estado.

A autora conclui defendendo que, o sucesso dos movimentos feministas vem de sua relação com o Executivo e não do Legislativo. O Brasil é um dos países com menores índices de mulheres eleitas no continente, mas a sub-representação feminina pela via eleitoral veio compensada pela ação ativa dos movimentos e redes junto as agências do Estado, como os Conselhos e as secretarias, e também nos espaços definidos pelo marco legal, como o Orçamento Participativo, as Conferências nacionais, estaduais e municipais e os Conselhos Gestores.

Nesse sentido, merece destacar o programa “Quintais Produtivos para Mulheres Rurais” criado recentemente pelo Governo Federal/Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Decreto 11.642, de 16 de agosto de 2023. Oportuno ressaltar que os quintais localizados nas proximidades das casas rurais na comunidade do Queijo e também em outras comunidades rurais, denominados nesse Decreto Presidencial como “quintais produtivos”, sempre existiram e foram/são predominantemente manejados por mulheres, com auxílio de crianças e adolescentes, para produção de alimentos saudáveis, hortaliças, criação de pequenos animais (a exemplo de galinha de quintal/caipira), conservação da biodiversidade, troca de alimentos entre familiares e vizinhança e geração de pequenas receitas proveniente da venda do excedente.

Em que peses ser um avanço a criação do programa citado no parágrafo anterior, necessário se faz compreender que ainda temos um longo caminho a ser percorrido. Digo isso porque, em se tratando de programas e políticas com recorte de gênero, sobretudo quando se contemplam as mulheres rurais, os orçamentos e recursos públicos destinados ainda são incipientes. Na maioria das vezes mantém o *status quo*, não transformam efetivamente a realidade, das mulheres, nem asseguram autonomia financeira para mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo, nem de outras comunidades.

5 MULHERES PROVIDORAS NO MEIO RURAL

5.1 Cri(ações) e articulações de mulheres da comunidade do Queijo

Dentre as articulações lideradas por mulheres na comunidade do Queijo, nas três décadas do recorte de estudo desse trabalho, destaca-se a efetiva participação no Movimento de Organização Comunitária – MOC, organização que foi fundado em outubro de 1967, enquanto uma entidade civil, de direito privado, para fins filantrópicos e não econômicos, de caráter beneficente, educacional, voltado para o desenvolvimento sustentável da sociedade humana, tendo como um dos princípios das ações institucionais a valorização do conhecimento local, dos fazeres, sabores e saberes das pessoas, povos, grupos e comunidades, primando pela proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, de jovens, de mulheres, dos povos do campo e comunidades tradicionais, contribuindo na construção do desenvolvimento economicamente viável, ambientalmente sustentável, socialmente justo, cultural e humanamente solidário, tendo como público prioritário de suas ações órgãos paritários de gestão, como Conselhos de Políticas Públicas, trabalhadoras e trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares, pequenos produtores urbanos, professores rurais, excluídos dos meios de produção, organizações populares, crianças e adolescentes em situação de risco social.

As ações e articulações junto ao MOC foram fundamentais para a constituição da associação de moradores e moradoras da região do Queijo – AMRQ, para a continuidade dos movimentos associativistas e para viabilização de programas e projetos de apoio à permanência no campo, principalmente no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Programas como construção de cisternas para captar água da chuva, construção de cílias para armazenar comida para animais, construção de galinheiros para potencializar criação de galinhas e ovinocultura, programa “cabra forte” para fomentar a criação de ovelhas e caprinos, programa “seguro safra” para minimizar riscos de perda da safra do plantio da agricultura familiar, programa de valorização da produção da

agricultura familiar na merenda escolar, programas de creches comunitárias, armazém comunitário, programa fibras do sertão para beneficiamento do sisal, programas de ampliação de reservatórios de água (chamados popularmente de tanques e/ou represas”), programas de subsídios para beneficiamento, preparo e aragem de terras para o plantio, programa de banco de sementes, programa de horta comunitária, plantas medicinais, apicultura e comercialização de mel, artesanatos e cursos profissionalizantes – corte e costura, crochê, tricô, além de outras atividades desenvolvidas pela comunidade do Queijo.

Duas das maiores conquistas do Povoado, quais sejam, acesso à luz elétrica e à rede de água potável (encanada), também foram intermediadas pela associação de moradores e moradoras da região do Queijo – AMRQ, junto aos órgãos públicos e instâncias políticas da época, final dos anos 1990 e início dos anos 2000. E as mulheres sempre estiveram à frente, mobilizando, coletando assinaturas em abaixo assinados, fazendo reuniões e registros documentais para ganhar força e poder de pressão para conseguir incluir essas demandas da comunidade nas agendas de interesse, disputando espaço com outras pautas e prioridades de investimentos públicos.

Outra articulação que merece destacar diz respeito às atividades chamadas de mutirões ou “digitórios”, reunião de pessoas da comunidade para realizar limpeza de reservatórios de água (popularmente conhecido como tanques, fontes, açudes, represas, etc), preparo da terra para o plantio, capinagem, aragem, abertura de covas para semear milho, feijão, etc. colheita, bata de milho e feijão, pescaria em açudes, riachos e rios.

Mais recentemente novas ações foram implementadas na comunidade, a exemplo de reforma da sede da associação, do projeto de criação de galinhas caipiras, executado pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)/Produzir, ação da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), projetos de incentivos à apicultura e meliponicultura, dentre outros.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Dentre os desafios que acompanharam a construção desse trabalho, destaca-se o levantamento de referencial teórico metodológico, por se tratar de estudo situado com enfoque territorial específico de trajetórias de mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo no município de Nova Fátima – Bahia, entre os anos 1991/2023, o que aumentou ainda mais a responsabilidade e os desafios, pois, trata-se de estudo que servirá de ponto de partida para outros que pretendam aprofundar a temática na mesma ou em outras comunidades rurais, daquele ou de outros municípios do sertão baiano.

E por falar desse lugar de “ser tão baiano”, da sertanidade na configuração das identidades rurais, “queijense”, nova fatimenses, baianas, sertanejas, destaca-se a obra da autora Claudia Pereira Vasconcelos (2012) “Ser-Tão Baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade Baiana”, que trouxe relevantes contribuições e inspiração ao longo dessa pesquisa.

A autora Cecilia Maria Sardenberg em muito contribuiu para construção teórica metodológica desse trabalho, principalmente a partir das obras “Gênero e Desenvolvimento Rural, Gênero e políticas para mulheres no Brasil: Reflexões em torno de uma experiência doída, Feminismos, Feministas e Movimentos Sociais, Mulher e relações de gênero”. Foi possível estabelecer diálogos entre o que a autora traz e as narrativas das mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo, o que permitiu análises da problemática da invisibilização dessas mulheres trabalhadoras rurais nos movimentos de associação comunitária, cargos eletivos representativos e de lideranças no município, nas últimas três décadas, mais especificamente na comunidade rural do Queijo, que foi o escopo territorial prioritário dessa pesquisa.

Ao tratar do recorte geracional, além da velhice, também dedicou-se atenção à infância e juventude, para breve análise sobre as experiências do “ser mulher jovem, adulta e velha” na comunidade rural do Queijo. Para tanto as contribuições teóricas e metodológicas de Simone de Beauvoir (1980) foram

fundamentais. Ao falar da infância a autora aborda a diferença de tratamento dos gêneros durante a fase do desenvolvimento infantil, sob perspectiva de que inicialmente os dois sexos seriam tratados igualmente, com anseios e receios típicos dessa fase da vida que é a infância. Todavia, a autora chama atenção para algo que é específico das meninas, ao afirmar que: “de maneira imediata a criança de peito vive o drama original de todo existente que é o drama de sua relação com o Outro”. Depreende-se da fala da autora que desde a infância a menina é colocada no lugar do outro sexo.

Ao tratar da infância a autora também defende que ao longo dos anos se acentua ainda mais a diferenciação no tratamento que é dispensado para meninos e meninas. Enquanto para eles é exigido desde cedo maturidade, para elas exige-se calma, passividade e demonstrações de afeto. Com isso é imposto ao menino comportamentos de autoridade, sendo ele criado pra ser superior, imbatível, conduzir os negócios etc e tal. E para alcançar essa posição ele precisa ser durão, não chorar – porque homem não faz birra, homem não chora, homem não brinca de coisas de menina. Já as meninas são estimulada a serem meigas, carinhosas, afetuosas, prendadas, para futuramente tornarem-se uma dama respeitada pela sociedade e bela – bela recatada e do lar, como se diz no péssimo jargão popular que ainda hoje há quem reproduza.

A autora chama ainda atenção para o fato de que essa situação de “fragilidade das meninas” são reforçadas pela história cultural que apresenta desde a mitologia até a contemporaneidade grandes feitos atribuídos aos homens – príncipes, deuses gregos, etc. e por outro lado as futilidades das princesas, rainhas e deusas, a feiura das bruxas bem como das vilãs dos contos de fadas, a passividade das princesas e assim por diante, sem esquecer da “pecadora” da Eva. Por fim, a autora conclui criticando o fato de que desde a infância a mulher é ensinada a se colocar e se identificar com sua condição “feminina”, que na maioria das vezes implica em mansidão, passividade e objetificação dos corpos femininos, sendo essa condição sustentada tanto pelo contexto social quanto pela própria educação imposta em casa, o que impõe a todo

momentos papéis rígidos e pré-estabelecidos que se não atendidos acarretará sofrimento para elas.

Para o recorte geracional esse trabalho se valeu das ricas contribuições teóricas metodológicas da estimada Professora Alda Brito da Motta (2018), uma das maiores referências em pesquisas no assunto. Desde as contribuições sobre “a atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento, passando pelas abordagens sobre a juvenilização atual das idades, até idade e solidão: a velhice das mulheres”, foram referenciais teóricos que embasaram o capítulo que aborda marcadores de diferenças de gênero e geração.

Para subsidiar teoricamente o recorte da territorialidade, o renomado geógrafo, professor Milton Santos, foi fundamental. Uma territorialidade com “perspectiva do pertencimento a um território em termos de identidade e com a preocupação com o destino e construção de um futuro”, atrelado a um determinado espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19). Também foi fundamental a leitura de trechos da obra “Por uma outra globalização”, (Santos 2000), mais especificamente onde o autor se refere às sociedades ditas primitivas, reconhecendo a existência de uma territorialidade genuína, onde economia e cultura-linguagem se relacionavam intrinsecamente com o território, algo que também se observou desde o surgimento da comunidade do Queijo.

Também merece destaque as relevantes contribuições da autora Carmem Diana Deere, (DEERE, 2004), quando esta aborda questões referentes aos direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira, dialogando bastante com desafios e vivências das mulheres trabalhadoras da comunidade do Queijo. Nesse sentido, oportuno destacar também a autora Maria de Lourdes Novaes Chefler e suas considerações sobre as “estratégias feministas no mundo rural: abordagens qualitativas para construção da equidade de gênero”, (CHEFLER, 2016), estratégias que também são observadas nas experiências das mulheres rurais da comunidade do Queijo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do problema da invisibilização de mulheres trabalhadoras rurais, na comunidade rural do Queijo, nas últimas três décadas, conclui-se que as mulheres trabalhadoras rurais, sobretudo as mulheres mais velhas, foram e continuam sendo invisibilizadas nos movimentos associativistas, nos sindicatos, no Poder Legislativo e Executivo Municipal de Nova Fátima – Bahia, na medida em que são preteridas por homens, mais jovens, lidos socialmente como brancos, héteros e descendentes de famílias com maior poder aquisitivo, (comerciantes, fazendeiros, latifundiários, etc) o que reforça cultura machista e aumenta as desvantagens para essas mulheres rurais em comparação com homens, ainda que também marcados pela questão da territorialidade rural.

Observou-se que dentre os motivos que mantem e reforçam a invisibilização de mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo, nos movimentos associativos, sindicais e nos espaços de poder, sobretudo no Legislativo e Executivo Municipal, destacam-se as barreiras estruturais - patriarcais, culturais, machistas, sexistas e etaristas, além das sobrecargas de trabalhos e atividades não remuneradas e das cobranças que recaem sobre essas mulheres, no que tange às atividades de cuidados da própria família (ascendentes e descendentes), bem como de famílias ascendentes e parentais de seus companheiros, também.

Acredito ser nessa busca por saberes plurais que, talvez, as ciências ainda necessitem abrir mais espaços para ouvir, dialogar e registrar histórias e vivências ainda não contadas. E foi também com esse objetivo que me propus a estudar as trajetórias de mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo no município de Nova Fátima – Bahia, entre os anos 1991 e 2023, mesmo sabendo dos riscos de estar um pesquisador homem, lido socialmente como hétero, pardo, assalariado, passando da meia idade, se propondo a pesquisar sobre trajetórias de mulheres trabalhadoras rurais, quando, talvez, melhor seria se essa pesquisa fosse interesse de estudo de uma pesquisadora de territorialidade rural, ao invés de um homem.

De certa forma gerou algumas inquietações e até desconforto para esse pesquisador. Todavia, acredito ser mais inquietante e desconfortante para esse pretencioso pesquisador não ter ouvido, ainda, nem ter lido trabalhos anteriores que se propusessem a falar de e para mulheres tão representativas, fortes e inspiradoras daquela comunidade rural - Povoado do Queijo, do município de Nova Fátima – Bahia. Porque acredito que, por ser cria daquele lugar, daquele território, em alguma medida me sinto pertencente àquela territorialidade e me transporto para perto das minhas ancestralidades que viveram, morreram e que ainda vivem lá. Ainda que no anonimato das escritas acadêmicas, ditas científicas. Porque acredito que, para além do fazer e do escrever, o que se vive lá também é ciências, ainda que às margens das centralidades e das cátedras das universidades.

Acreditando ter contribuído para encorajar novas pesquisas, inclusive desse próprio pesquisador - que dará prosseguimento na dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos – PPGNEIM – concluo essa pesquisa com a sensação de ter entregado o que me propus inicialmente, com o coração cheia de alegria e gratidão. E com a certeza de que ao menos parte das trajetórias e memórias das mulheres trabalhadoras rurais da comunidade do Queijo, do passado e do presente, ficarão documentadas nesse trabalho de pesquisa, para que não sejam invisibilizadas, esquecidas, apagadas! Para que minha filha Maria Luiza Costa Lima e também outras pessoas que vieram depois, não precisem passar pelo que passei, a ponto de não conhecer nem ouvir dizer sobre as trajetórias e memórias de minha avó e de outras mulheres potentes que me antecederam.

Adagilson Carneiro Lima é Bacharel em Direito pela Universidade Salvador, Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Baiana de Ciências, Bacharel em Estudos de Gênero e Diversidade pela Universidade Federal da Bahia. Pós Graduado em Direito e Processo do Trabalho pelo Instituto JusPodivm, em Acessibilidade, Diversidade e Inclusão pela UNISE, Especialista em Direito das Famílias pela Universidade Estácio de Sá, em Direito Administrativo e Gestão Pública e em Docência em Gestão Pública pela Faculdade Unyleya, em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público. E natural de Nova Fátima – Bahia, filho de Maria das Neves Carneiro Lima e Manoel da Silva Lima e pai de Maria Luiza Costa Lima.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Cleidenea Bastos de. **Mulheres que tecem os fios do desenvolvimento social de Pintadas-BA.** Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28469/6/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20NEIA%20BASTOS.pdf>. Acesso em 05/05/2021.

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

AVELAR, Lucia. **Movimentos, Redes, feminismos de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras.** 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31188>. Acesso em 10/06/2022.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BAIARDI, Amilcar; BRITO, Francisco Emanuel Matos; ARAGÃO, Gilton Alves et al. **Ensaio sobre o mundo rural na Bahia - cooperação, capital social e agricultura familiar.** Salvador: UCSAL PRESS, 2020.

BUTTO, Andrea. **Movimentos Sociais de Mulheres Rurais no Brasil: A construção do sujeito feminista.** Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

CHEFLER, Maria de Lourdes Novaes. **Estratégias feministas no mundo rural: abordagens qualitativas para construção da equidade de gênero.** O Mundo Rural na Bahia: Democracia, Território e Ruralidades, pg. 201/230. Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas.** Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margensinterseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contramulheres-naobrancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em 22/11/2021.

CRUZ, Danilo Uzêda da. **O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidade.** Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis 12(1): 175-204, janeiro-abril/2004. Acesso em 10/11/2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/msym4LnpmqCbHjSdSJqzygL/abstract/?lang=pt>.

D'OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares. **Gênero e desenvolvimento: trajetórias de quatro gerações de mulheres do sertão da Paraíba**. Recife, 2011. Disponível em:

<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/handle/tede2/6098>. Acesso em 05/05/2021.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo soc. vol.26 no.1 São Paulo Jan./June 2014. Disponível

em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005. Acesso em 12 de set. 2022.

IBGE CIDADES. Nova Fátima - Bahia Acesso em 10/05/2021. Disponível em: (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/nova-fatima/panorama>).

LIMA, Adagilson Carneiro. **Externalidades econômicas e ambientais da exploração da Caatinga na microrregião de Serrinha – BA**. Universidade Federal da Bahia - UFBA, Faculdade de Ciências Econômicas. Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9231>.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis – RJ: Vozes. 2007.

MAGALHAES, Manuela de Sousa. **Trajetórias em movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2008. Acesso em 10/05/2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/TMCB-7X8JVX>

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Coletâneas sobre estudos rurais e gênero**. Prêmio Margarida Alves, 4ª Edição. Mulheres e Agroecologia. Brasília, 2015.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. **Desenvolvimento Regional sob a perspectiva de gênero: um estudo sobre a atuação organizada das mulheres nos governos do Amazonas e Tocantins**. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1076>. Acesso em 18/06/2019.

M. Olivera, M. G. Podcameni, M. C. Lustosa e L. Graça, “**A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira**”, *Documentos de Projetos* (LC/TS.2021/6; LC/BRS/TS.2021/1), Santiago e São Paulo, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

MOTTA, Alda Brito da. **Idade e solidão: a velhice das mulheres**. Vol.6, N.2, Mai. – Ago. 2018 • www.feminismos.neim.ufba.br. Acesso em 10/05/2021. Disponível em: <file:///C:/Users/80856616/Downloads/30390-107037-1-SM.pdf>.

_____. **A juvenilização atual das idades**. Acesso em 10/05/2021. Disponível em: <file:///C:/Users/80856616/Downloads/21802-Texto%20do%20artigo-82086-1-10-20130304.pdf>

_____. **A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento**. Acesso em 10/05/2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v25n2/05.pdf>

PINTO, José Antonio. **Nova Fátima: geografia, histórias e memórias**. Nova Fátima, 2008. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Municipal de Nova Fátima.

SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. da. Agentes sociais de produção do espaço rural no Território do Sisal – Bahia. *Revista Campo-Território*, v. 5, n. 9, p. 71-88, fev., 2010.

SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da; O. Araujo. A precarização do trabalho rural no processo produtivo do sisal. In: *Anais da XI Jornada do Trabalho*. UFPB – João Pessoa. 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. SP/RJ: Record, 2000a.

_____. O papel ativo da Geografia: um manifesto. *Revista Território*, Rio de Janeiro, 5 (9), p. 103-109, jul./dez 2000b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: PPGEU/UFF, 2002.

SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. **Genero e Desenvolvimento Rural**. Disponível em <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>. Acesso em 06/05/2019.

SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. **Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque**. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/csnYMKWn8bXSwBYxMP9WcTN/?lang=pt>. Acesso em 16/06/2023.

SARDENBERG, Cecília. **Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais**. Mediações. v. 20, n. 2 (2015), p. 56-96. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20g%C3%AAnero>. Acesso em 09 de set 2022.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** Coleção Bahianas. vol. 8. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Gênero e políticas para mulheres no Brasil: reflexões em torno de uma experiência doída**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28464/1/G%c3%aanero%20e%20Pol%c3%adticas%20para%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 05/05/2021.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice. **Feminismos, Feministas e Movimentos Sociais**. In: BRANDÃO, M.; BINGHEMER, M. Clara (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-114.

SCOTT, Joan Wallach. A Invisibilidade da Experiência. **Revista Projeto História**, n. 16, p. 297-326, fev. 1998.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Organizações coletivas no meio rural: associativismo e cooperativismo. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/259_OGANIZA%C3%87%C3%95ES-COLETIVAS-NO-MEIO-RURAL_191009_204232.pdf. Acesso em 10/05/2021

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/16855>. Acesso em 05/05/2021

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. Acesso em 05/05/2021. Disponível em:

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Empoderamento de Mulheres Agricultoras: Possibilidades e Limites de Um Projeto de Desenvolvimento Rural no Semiárido Baiano**. 18ª REDOR, 2014. Acesso em 10/05/2021. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2240/879>

SOUZA, M. L. Território e (des) territorialização. In: SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. cap. 4, p. 77-110.

VASCONCELOS, Claudia Pereira. **Ser-Tão Baiano: o lugar da sertanidade na configuração da identidade Baiana**. Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA. Salvador, 2012

Prefeitura Municipal de Nova Fátima – Bahia. <http://www.novafatima.ba.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/nova-fatima/panorama>

História de Nova Fátima. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D-Fo6ycVoSE>. Acesso em 25/05/2021

História de Nova Fátima, Parte 2. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=grGUP1TI29k>. Acesso em 25/05/2021

SOBRE O AUTOR

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Baiana de Ciências - FABAC, em Direito pela Universidade Salvador- UNIFACS (2010). Cursou Ciências Econômicas (6 semestres) pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. É pós graduado em: Processo e Direito do Trabalho pelo Instituto JUSPODIVM, Direito de Família pela Estácio de Sá, Direito Administrativo e Gestão Pública pela Unyleya, Docência em Gestão Pública também pela Unyleya, Acessibilidade, Diversidade e Inclusão pela UNISE, Pós-Graduação em Advocacia Cível pela Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP. Concluinte do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade pela Universidade Federal da Bahia e atualmente cursando segundo semestre do Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM também na Universidade Federal da Bahia - UFBA. Atuação entre 2018 e 2020 como educador corporativo (Instrutor II) na área de educação corporativa e em 2020 e 2021 na gerência de atividades de controle operacional - GCOPE. Atuação na coordenação de qualidade no Terminal de Cargas Aéreas - TECA Salvador, na Seção de Administração e Manutenção de Frotas dos Correios. Desenvolve atividades na Seção de Controle Interno, atuando como Inspetor Regional - focado no controle interno, *compliance* e conformidade - no âmbito da Superintendência Estadual da Bahia - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Possui experiências também na área de Segurança Empresarial - Subgerente e Gerente de área, além de coordenador de atividades externas na área operacional. Tem experiência na gestão de pessoas, na coordenação de unidades operacionais, de operações logísticas e na área de educação - com ênfase em educação corporativa. Recentemente passou a integrar o Comitê de Providências Preliminares para os casos de Denúncias de Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação – COPAS, no âmbito da Superintendência Estadual da Bahia - SE/BA